

**NÚCLEO HISTÓRICO DA RUA
ESPÍRITO SANTO**

Nota Prévia de Pesquisa

Patrícia Falco Genovez

**JUIZ DE FORA - MG
CLIO EDIÇÕES ELETRÔNICAS
1998**

FICHA CATALOGRÁFICA

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Núcleo Histórico da rua Espírito Santo**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. 40 p. (História e Arquitetura de Juiz de Fora, 7)

<http://www.clionet.ufjf.br/cliodel>

1. História de Juiz de Fora
2. História Urbana
3. Patrimônio Histórico

Cliodel
- Clio Edições Eletrônicas -
Projeto virtual do Arquivo Histórico da UFJF
E-mail: clionet@cpd.ufjf.br
<http://www.clionet.ufjf.br/cliodel>

Endereço para correspondência:
Arquivo Histórico da UFJF
Prédio do CDDC - Campus Universitário
Juiz de Fora - MG - Brasil
CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750
Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão
Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto
Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dra. Cláudia Ribeiro Viscardi
Diretor da Editora: Profa. Vanda Arantes do Vale

SUMÁRIO

Apresentação	03
Aspectos Históricos	11
Fontes	29
Anexo - Edificação isolada: “Vila Spinelli”	30

APRESENTAÇÃO

O texto histórico elaborado por **Patrícia Falco Genovez** para o trabalho *Núcleo Histórico da rua Espírito Santo*, sétimo volume da Coleção História e Arquitetura de Juiz de Fora, foi o resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido por uma equipe composta pela professora Mestre **Leda Maria de Oliveira**, responsável pela parte referente à História Oral; pela consultora em História da Arte, professora Mestre **Maraliz de Castro Vieira Christo**, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e por duas estagiárias do Curso de História da UFJF, **Daniella Pires de Freitas** e **Raquel Pereira Francisco**.

Uma outra equipe, de arquitetos e urbanistas, complementa o trabalho realizado: **Raquel de Oliveira Fraga**, arquiteta; **Mônica C. Henriques Leite**, estagiária;

Professora Mestre **Maria Julieta Nunes de Souza**, consultora na área de arquitetura e urbanismo, do Departamento de Arquitetura da UFJF; e dois consultores externos: Professor Mestre **Antônio Pedro de Alcântara** e Professora Doutora **Dora Monteiro de Alcântara**. Um funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), o arquiteto **Paulo Gawryszewski**, complementa a assessoria por parte da Prefeitura.

A pesquisa integra o projeto *Cidade Humana* da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (IPPLAN) em parceria com a UFJF. Este projeto tem, entre outros objetivos, o tombamento de, aproximadamente, 170 imóveis. A Fundação Centro Tecnológico (FCT) da UFJF é a responsável pelo gerenciamento financeiro deste projeto, resguardando os direitos dos pesquisadores envolvidos. Os coordenadores são, por parte da Prefeitura, o Diretor de Planejamento do IPPLAN **Álvaro Henriques Giannini** e,

por parte da UFJF, o Diretor da Faculdade de Engenharia, na ocasião o Professor **Júlio César da Silva Portela**.

É de fundamental importância esclarecer que as construções abordadas na presente obra fazem parte de um inventário produzido pela empresa *Século XXX*. Para cada um dos imóveis relacionados no inventário, abriu-se um processo, contendo justificativas históricas e arquitetônicas elaboradas com o intuito de instruí-lo. Posteriormente, os processos são encaminhados à Comissão Permanente Técnico-Cultural (CPTC) que emite, ao Prefeito, o parecer sobre o tombamento ou não do imóvel.

Tendo em vista o prazo de razoabilidade estabelecido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, as equipes, de Arquitetura e História, tiveram quatro meses para finalização das justificativas. Tal realidade de trabalho nos forçou a estabelecer uma metodologia: os imóveis em processo de tombamento

foram, portanto, divididos em grupos cujas características históricas apresentam um fio condutor direcionado por aspectos culturais, sociais e geográficos.

Assim, a parte das justificativas elaboradas pela Equipe de História para os processos acompanha o desenvolvimento histórico da cidade de Juiz de Fora de forma cartográfica. Ou seja, a partir de um mapa, foram identificados grupos de edificações que apresentam características históricas específicas e os vários diálogos com o todo já configurado na cidade.

Essa metodologia, além de facilitar o trabalho das equipes e da própria Comissão que relata os processos, é fundamental para que os imóveis não sejam avaliados de forma isolada, o que diminui drasticamente seu valor histórico. Sem a visão de conjunto e do contexto no qual o imóvel encontra-se inserido, é quase impossível reconhecer seu valor enquanto repositório da história do local onde foi

edificado e do próprio município. Fatores extremamente importantes para a definição da identidade dos cidadãos de nossa cidade.

Uma identidade capaz de nos conferir a cidadania enquanto juizforanos e, num plano mais amplo, enquanto brasileiros. Cidadania da qual a CPTC, juntamente com o Prefeito, se tornaram guardiães. De suas decisões de tombamento ou não, depende a formação de nossa identidade e, por conseguinte, de nossa cidadania. As edificações em processo de tombamento são documentos que testemunham a nossa história. Documentos que não estão guardados em museus ou bibliotecas, estão em nossas ruas à vista daqueles que aqui moram e dos que nos visitam.

Em virtude do tempo reduzido para a elaboração das justificativas acordou-se com o IPPLAN que não seriam feitas as justificativas de prédios públicos e eclesiásticos, assim como das fazendas que circundam o município. O

trabalho, portanto, voltou-se para as edificações privadas, localizadas no centro urbano, ficando os demais prédios para um trabalho posterior. Durante o tempo determinado para realização do trabalho, foram feitas algumas exceções, dada a urgência jurídica de alguns processos. Por isso, alguns deles tiveram que ser trabalhados fora do conjunto no qual estavam inseridos, como por exemplo, a Vila Spinelli (rua Espírito Santo), o armazém do Senhor Manoel Ferreira (avenida Rio Branco) e uma casa na rua Bernardo Mascarenhas. Todos esses imóveis integrarão, na forma de anexo, o texto referente ao conjunto no qual cada um se encaixa. Quanto aos demais, estabeleceu-se os seguintes grupos a serem trabalhados e que foram entregues à Divisão de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (DIPAC), nas datas respectivas:

- 1) Praça da Estação (12/04/1998);
- 2) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte baixa

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

(01/05/1998):

3) Ruas Marechal Deodoro e Halfeld, parte alta (19/05/1998);

4) Rua Batista de Oliveira (parte central) e avenida Getúlio Vargas (10/06/1998);

5) Bairro Granbery, compreendendo as ruas Antônio Dias, Batista de Oliveira (depois da avenida Independência), Sampaio e Barão de Santa Helena (14/07/1998);

6) Rua Espírito Santo (14/07/1998);

7) Alto dos Passos: avenida Barão do Rio Branco, ruas Moraes e Castro e Osvaldo Aranha (17/08/1998);

8) Avenida Barão do Rio Branco a partir do Parque Halfeld até o Largo do Riachuelo (17/08/1998);

9) Rua Bernardo Mascarenhas, avenida dos Andradas e bairro Mariano Procópio (17/08/1998).

Ressaltamos, ainda, que o conhecimento produzido

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

(as justificativas históricas e arquitetônicas) a partir desse esforço de pesquisa será, posteriormente, reavaliado e, até mesmo, complementado tendo em vista os dados obtidos após sua formulação. Ele integrará a Coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*, lançada com o intuito de incentivar novas pesquisas, uma vez que levanta pontos e lacunas importantes da história da cidade de Juiz de Fora, do final do século XIX até metade do século XX. Além disso, levanta questões pertinentes em relação à história arquitetônica da cidade. Pode-se, a partir desse trabalho, pensar tais imóveis num outro recorte com uma perspectiva voltada, por exemplo, para a evolução arquitetônica dos prédios em processo de tombamento. Enfim, muitas alternativas se abrem para futuras pesquisas seja na área de história, seja na área de arquitetura ou mesmo de um diálogo frutífero entre ambas.

Chamamos a atenção para o fato de que os textos

serão publicados como notas prévias de pesquisa, tendo em vista que os mesmos não apresentam qualquer alteração em relação ao conhecimento produzido e entregue à DIPAC (órgão competente da Prefeitura responsável pelos processos de tombamento). Houve apenas uma edição mudando o *layout*: duas colunas e formato paisagem. Além disso, em cada processo de tombamento, montado pela DIPAC, segue, além do texto referente aos aspectos históricos, a descrição pontual do respectivo imóvel. Nesta publicação, as várias descrições arquitetônicas aparecem reunidas. No tocante à parte arquitetônica, os textos básicos desenvolvidos pelas professoras Maraliz de C. Vieira Christo e Maria Julieta Nunes de Souza, colocados na forma de anexo nos processos entregues à DIPAC, foram publicados à parte.

Finalmente, cabe-nos realçar as várias pessoas e instituições que contribuíram para esta pesquisa, recebendo

a equipe de história com distinção, profissionalismo e simpatia. Nosso agradecimento também se estende a todos que, gentilmente, contribuíram através de seus relatos e depoimentos. Aceitando o risco de esquecer de algum colaborador, gostaríamos de citar cada uma das instituições e pessoas que tanto colaboraram para este trabalho:

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF na pessoa do seu diretor Professor Galba Ribeiro Di Mambro e da funcionária e historiadora Carla Suely Campos;

- ao ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA na pessoa do seu diretor Antônio Henrique Lacerda e pela colaboração de seus funcionários e historiadores: Eliane Silva Guimarães e Francisco Carlos Limp Pinheiro;

- à BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES, pela colaboração de sua funcionária e historiadora Heliane Casarim Henriques;

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

- ao MUSEU MARIANO PROCÓPIO, na pessoa de seu diretor Dr. Antônio Carlos Duarte e pela colaboração dos funcionários: Maria de Fátima Araújo Aguiar, Carlos Henrique Saldanha, Rita de Cássia de Andrade Procópio, Eneida Maria de Miranda e Aloísio Arnaldo Nunes de Castro;

- ao ARQUIVO DORMEVILLY NÓBREGA, pela colaboração e simpatia com que recebeu a equipe de história, especialmente ao seu organizador, o jornalista, historiador, cronista, pintor, cantor, humanista... senhor Dornemilly Nóbrega;

- à CASA DE ANITA na pessoa do Dr. Marcelo Mega;

- à Divisão de Comunicação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DICOM) e aos funcionários que, gentil e pacientemente, atenderam às estagiárias, na busca incansável de processos de construção;

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

- à Secretaria da SOCIEDADE BENEFICENTE DE JUIZ DE FORA que, gentilmente, abriu-nos as portas de seu arquivo;

- ao INSTITUTO GRANBERY, pela grande colaboração de seus funcionários do Arquivo Documental Dr. Lander: Professor Ernesto Giudice Filho e Professora Soraia Maria Lopes da Silva;

- à Diretoria da CASA ESPÍRITA, na pessoa da senhora Aelce Horácio Souza;

- ao MINISTÉRIO DA MEMÓRIA DA IGREJA METODISTA, pela colaboração do senhor Paulo Lima;

- à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL pela colaboração de seus diretores e funcionários;

- ao ARQUIVO DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, pela colaboração da funcionária Ozana de Fátima Paiva Cabral Silva e da Professora Beatriz de Vasconcellos Dias de Miranda;

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

- à SECRETARIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO de Juiz de Fora;

- à EMPRESA A & S SOFTWARE Ltda., pela assistência na digitalização das fotografias e mapas e pela colaboração valiosa prestada por Adriano Braz Falco Genovez e Silene M. Felizardo Genovez.

Às pessoas que aceitaram dar seu depoimento, contando sobre a história da cidade, toda nossa estima. São elas: Sr. Oswaldo Costa (“Congo”); Dr. Antônio Fernando Vieira Braga, Dr. José João Mokdeci; senhora Mounira Haddad Rahmn, senhor Luiz Carlos Fazza; senhor Alberto Surerus Moutinho (por ter recolhido informações com outros funcionários do Banco do Brasil: Ary Geraldo, Leon Pereira Nehrey, Édson Mega e Mauro Lucci) e pela entrevista e disponibilidade em abrir seu arquivo pessoal de fotos da cidade; senhor Manoel Borges de Carvalho; senhor

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

José Márcio Peralva; senhor Moysés A. Arbex; Doutor Alberto Arbex; senhora Nauval Krayem Arbex; senhora Nabia Farage Miana; senhora Amélia Sfeirr Feres; senhora Cléa Feres Nacif; senhora Ináh Mello de Carvalho; jornalista Mário César Manzolilo de Moraes; senhor Fúlvio Marcos De Landa Júnior; jornalista Natalle Chianello (Natálio Luz); senhor Nildo Tavares; senhor Sebastião Garibaldi Pifano; senhor Luarino Cortes Carvalho; senhora Maria Teresa Merhi Abi-Nasser; Dr. Edelo Abraham Assad; Dr. Rubem Sottomayor; senhora Inês Ciuffo; historiadora Valéria Ferenzini; escritora Cleonice Rainho Thomaz Ribeiro; Dr. Manoel Monachesi; senhor Nilton Soranço; senhor Mário Soranço; senhora Gioconda Soranço; senhor Sebastião Tomaz; senhora Vânia Maria Moreira Ranzoni; senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni; senhora Delourdes Conceição Pratini de Almeida; senhor Antônio Vidal Campante; senhora Maria Ignez

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

Michels; senhora Aelce Horácio de Souza; senhor Demétrio Pável Bastos; Padre David José Reis; artista plástica Nívea Bracher; doutor José Carneiro Gondin; senhora Jahira Mattos de Medeiros; doutor Waldemar Medeiros; Padre e Professor Mestre Afonso Henrique Hargreaves Botti; senhor Dormevilly Nóbrega; Irmã Maria Helena Souza de Faria; psicóloga Maria de Lourdes Mascarenhas; Dr. Roberto Villela Nunes; Dr. Hermenegildo Villaça Freitas; senhora Lucy Junqueira Costa Reis; senhora Maria José Junqueira Villela de Andrade; Senhora Cristina Ribeiro de Castro; senhora Yolanda Maria Junqueira Villela de Andrade Melo; professora Sílvia Maria Belfort Villela de Andrade; professora Vanda Arantes do Vale; senhora Alice Salzer Rodrigues e Sr. Antenor Salzer Rodrigues.

Com todos tivemos a oportunidade de aprender muito mais do que história. Através de seus relatos e dos

Núcleo Histórico da rua Espírito Santo

contatos estabelecidos, todos, indistintamente, nos ensinaram preciosidades, contando sobre suas experiências de vida. A esses, que já consideramos amigos, nosso imenso carinho.

Um agradecimento especial se faz necessário ao Professor Galba Ribeiro Di Mambro, já mencionado enquanto diretor do Arquivo Histórico da UFJF, que prestou seu total e irrestrito apoio à publicação propondo, inclusive a formação da presente coleção. O Professor Galba, diretor da Editora Clio Edições Eletrônicas, tem nos orientado na edição e constituição da coleção *História e Arquitetura de Juiz de Fora*.

Outro agradecimento especial cabe-nos fazer às estagiárias da equipe de história que demonstraram uma dedicação que vai além do profissionalismo. Daniella Pires de Freitas e Raquel Pereira Francisco que trabalharam além das horas propostas, levantando dados e percorrendo

arquivos, por respeito e amor à história. Elementos que em nenhum momento faltaram à Professora Leda Maria de Oliveira, incansável nas entrevistas e contatos. Do convívio diário com Leda, Daniella e Raquel ficou a grande lição de que um bom trabalho começa sempre com a humildade e a verdade, numa busca constante e honrada pela dignidade profissional do historiador.

Enfim, muitos obstáculos e problemas estiveram à nossa frente, formando barreiras por vezes quase intransponíveis. Por todos os desafios superados, fica apenas a certeza de que, através de nossa força, o poder de Deus se fez presente.

Patrícia Falco Genovez

ASPECTOS HISTÓRICOS

Patrícia Falco Genovez¹

História ciência do Homem, e então os fatos, sim: mas são fatos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas idéias, para os interpretar.

Lucien Febvre. Combates pela História.

Nas palavras apaixonadas do historiador Lucien Febvre, é possível perceber que a História, que se propõe hoje não possui mais a audácia de se igualar às chamadas ciências exatas. Contudo, é através de métodos rigorosos de

¹ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

pesquisa e de uso de fontes variadas que a História alcança sua validade enquanto conhecimento da realidade humana. Tendo como objeto central o homem no espaço e no tempo, em suas mais variadas atividades, a História carece de ser avivada através das fontes que estão disponíveis para seu estudo.² Para tanto,

é preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês [historiadores] penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido - e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida

² CARDOSO, Ciro F. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1981. CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**; Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

*gelada da Princesa adormecida.*³

A proposta da história, hoje, busca uma contínua relação com a memória coletiva. A conversão do olhar histórico para além dos documentos escritos abre espaço para outras fontes alternativas que contribuem para o estudo da realidade humana, a saber: imagens, gestos, rituais, festas, assim como, lugares e construções destinados a guardar a memória coletiva de uma sociedade, como os arquivos, as bibliotecas e os museus e, para além desses, lugares monumentais como os cemitérios e as diversas arquiteturas que compõem o ambiente urbano ou rural de uma cidade.⁴ Contudo, não basta à história estudar tais lugares de memória coletiva sem contextualizá-los. É preciso observar não apenas o estilo arquitetônico como

³FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3 ed., Lisboa: Presença, 1989. p. 40.

⁴ LE GOFF, Jacques. "Memória". **Enciclopédia Eianudi**. Volume I: Memória-História, Lisboa : Imprensa Nacional, 1984.

também o contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserido.

Mas, a memória coletiva reside no valor que tais prédios tiveram no passado. Nele está contida uma parte da história da cidade de Juiz de Fora, e ainda mais, está contida parte da história de várias famílias, de um momento na história econômica, social, política e cultural do ambiente onde foram construídos. Lembrando as palavras de Carlos Néelson dos Santos,

*Como só se vive no presente e ele é cada vez mais absorvente, é difícil entender que o espaço urbano não é só o que está sendo. Cada lugar em uma cidade está carregado do que ali aconteceu antes; é um símbolo do seu próprio passado. Mas é também um molde do que poderá acontecer daí para frente.*⁵

Sendo assim, é preciso retroceder na história de Juiz

⁵ SANTOS, Carlos Néelson dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói,

de Fora para compreendermos melhor o contexto histórico da década de 1890, época em que tem início a instalação de uma nova mentalidade no ramo da construção, com a chegada dos empreendedores Arcuri e Spinelli, e momento de grande transformação econômica, cultural e social. Tendo sua origem atrelada às margem do Caminho Novo, no período que remonta a expansão da mineração, a Zona da Mata tornou-se uma base importante de apoio àqueles que transitavam da Corte para o interior mineiro, conferindo-lhe um significativo papel na economia mineira.⁶ Com o aumento do fluxo populacional devido à

EDUFF, 1988.

⁶ MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder**: Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990. p. 85-109. GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder**: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado, Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1996. p. 100-140. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1991. p. 44 a 92. SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais**: a diversificação produtiva na economia cafeeira - o caso de Juiz de Fora (1870-1900). Monografia de Bacharelado, Juiz de Fora, UFJF, 1996. Segundo capítulo. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais a São Paulo**.

redução da produção mineradora e crescente aumento da produção de mantimentos e de café ⁷, a população apresentou um crescimento demográfico, entre 1820-1900, na razão de 1274%. ⁸

No início do século XIX, Antônio Dias Tostes, adquiriu seu grande patrimônio da família Vidal, vindo a tornar-se o proprietário da maior parte do território que gerou a cidade. Terras adquiridas do herdeiro universal da família Vidal que, por sua vez havia adquirido junto ao genro do juiz de fora Bustamante e Sá. ⁹ Lentamente o povoado situado na margem direita do rio Paraibuna transferiu-se para a Várzea próxima à Colina. Na década de 1830, Henrique Halfeld, responsável pela abertura da

Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 13- 33. GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p. 15- 27.

⁷ SOUZA, Sonia Maria de. op. cit., Segundo capítulo.

⁸ MIRANDA, Sonia Regina de. op. cit., p. 86.

⁹ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**; do Caminho Novo à Proclamação. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985. p. 21 a 38.

Estrada do Paraibuna, ligando Juiz de Fora à Vila Rica, casou-se com uma das filhas de Antônio Dias Tostes e, gradativamente, comprou a propriedade herdada por vários de seus cunhados. O baixo valor das terras fez com que Halfeld doasse terrenos para estabelecimento de eixos básicos na constituição urbana da cidade.

Este foi o caso da maior parte dos terrenos que posteriormente se transformaram nos principais pontos de referência e pontos de cruzamento da cidade como é o caso dos terrenos da atual praça João Penido, terrenos do parque Halfeld, prédio da Câmara Municipal, terrenos da rua Halfeld, terrenos para abertura da rua Marechal Deodoro até o morro do Imperador, terrenos do largo São Sebastião, terrenos para retificação do rio Paraibuna entre as atuais ruas Halfeld, Getúlio Vargas e Espírito Santo, terreno para construção de matadouro na atual rua Halfeld. ¹⁰

¹⁰ MIRANDA, Sonia Regina de. op. cit., p. 89 e 90.

A área acima descrita foi o local de residência da elite agrária, próximo à igreja, à Câmara Municipal e à praça central; distante da cadeia pública, estabelecida fora dos limites do centro básico. Contudo, é com a construção da Rodovia União Indústria que esboçam-se as linhas básicas de expansão do tecido urbano. Uma expansão comandada pela iniciativa privada e que possui no Código de Posturas apenas uma tentativa, ainda que embrionária, do poder público de regular a ocupação da cidade. Na década de 70, a cidade finalmente consegue estender os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, fator que, aliado à acumulação de capitais e aumento significativo do mercado urbano, propicia a expansão da indústria.¹¹

Foi em meio a esta primeira fase da industrialização que Pantaleone Arcuri chega a Juiz de Fora, ainda menino,

¹¹ Idem. p. 93 a 101.

em 1876. Depois de uma permanência de dois anos, Pantaleone Arcuri, retorna à Itália. Sua volta ocorre apenas em 1887, momento no qual contrai núpcias com Cristina Spinelli, havendo desse consórcio sete filhos. O casamento favoreceu o início da sociedade com o cunhado José Spinelli.¹²

O sucesso com o sócio Spinelli ocorreu graças à possibilidade de acumulação de capitais com o primeiro sócio, Timponi. A sociedade com o cunhado José Spinelli, gerou uma nova injeção de capitais levando à criação de comércio de materiais de construção e mais tarde no ramo da construção civil, cujo marco inicial foi a Vila Spinelli. Assim, os sócios Arcuri e Spinelli conseguiram passar de produtores à integrantes do quadro restrito da burguesia

¹² ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Coleção Pantaleoni Arcuri**. Álbum de fotografias, artigos de jornais, prospectos e requerimentos. Número 15.

industrial da cidade.¹³

*Seu estabelecimento constituiu-se dos seguintes ramos: fábrica de ladrilhos hidráulicos; fábrica de esquadrias, móveis e outros artefatos de madeiras; serralheiras; construção civil e loja de varejo para todos os artigos da construção civil.*¹⁴

A ajuda do sócio Spinelli foi fundamental tendo em vista sua iniciativa de ir até a Alemanha, em 1910, adquirir novas e modernas máquinas inaugurando todo o maquinário em 1912.

O final da década de 1870 estava marcado por grandes empreendimentos na cidade de Juiz de Fora: estabeleceu-se o sistema de transportes urbanos¹⁵, organizou-se o sistema financeiro com a criação do Banco

¹³ Sobre imigração italiana ver OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 119 a 121.

¹⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Coleção Pantaleoni Arcuri**. loc. cit.

¹⁵ LESSA, Jair. Op. cit., p. 165 a 175.

Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais¹⁶, e, ocorreu a introdução da eletricidade a partir da implantação da primeira usina hidrelétrica da América Latina, empreendimento de Bernardo Mascarenhas¹⁷, cuja sede, localizava-se próxima à Companhia de construção de Arcuri e Spinelli, na rua Espírito Santo. Desempenhando papel significativo como pólo regional entre 1890-1920, a cidade foi escolhida como melhor ponto para estabelecimento da Alfândega de Minas Gerais, em 1893¹⁸, também próxima à referida rua. Completando este novo espaço urbano voltado para empreendimentos comerciais e industriais ainda podemos citar a fábrica Bernardo Mascarenhas e a Malharia Meurer.

Até o momento, os vários indícios já colocados nos fazem pensar em duas áreas distintas na cidade. De um

¹⁶ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. (Dissertação de Mestrado, UFF), Niterói: 1993.

¹⁷ LESSA, Jair. op. cit., p. 165 a 175.

lado, o centro básico, habitado pelos primeiros proprietários, senhores, por várias décadas, de terras e homens. Do outro, áreas mais afastadas, embora ainda no centro, tendo sua ocupação marcada pela nova face que a cidade adquiriria: voltada para a industrialização:

O centro destacava-se tanto no que diz respeito à concentração de serviços coletivos básicos - aqueles ligados ao saneamento ou ao embelezamento - como no que se refere à infra-estrutura de abastecimento, atividades mercantis, industrial e moradia das classes abastadas. No que tange à indústria e comércio havia dentro dessa área, subdiferenciações que mantém suas marcas até os dias de hoje, visto que a avenida Rio Branco, para manter-se como protótipo em termos arquitetônicos da avenida Central no Rio de Janeiro, caracterizava-se pelo predomínio de palacetes e chalets construídos dentro de

*um padrão arquitetônico eclético, característico do período da Belle Époque, que misturava os estilos neo-clássico e art-nouveau. em contrapartida, as ruas próximas à rua 15 de novembro (atual Getúlio Vargas) em direção à Praça da Estação foram marcadas pelo predomínio de estabelecimentos comerciais e industriais o que de certo modo afastava-se, em alguns momentos, dos modernos padrões de beleza mas que no entanto garantia o dinamismo econômico da área central.*¹⁹

Nesse sentido, o estilo arquitetônico escolhido para as construções realizadas por Arcuri e Spinelli, refletem mais que os conhecimentos adquiridos na Itália. Refletem, do ponto de vista sócio-cultural, um contraponto ao centro básico da cidade, onde localizavam-se os sobrados mais imponentes, fiéis representantes de um passado glorioso dos abastados fazendeiros. Por outro lado, ele representa o

¹⁸ MIRANDA, Sônia Regina de. op. cit., p. 127.

esforço visível daqueles que pretendiam tornar público e notório sua ascensão social. Esse fator é relevante se pensarmos que o centro da cidade praticamente encerrava-se na rua Espírito Santo. Era, por assim dizer, o fim do centro da cidade. Portanto, apresentava uma área ainda a ser ocupada pela elite emergente do processo de industrialização e comércio que assolava a cidade.

A suntuosidade da primeira construção elaborada pelos sócios Arcuri e Spinelli, a Villa Spinelli (recentemente demolida), nos revela o significado do uso espacial como símbolo de hierarquização, sempre consoante com a posição social de seu proprietário.²⁰ Sob um outro ponto de vista, a construção também reforçava um estilo de vida próprio e acabava servindo para deixar evidente as diferenças sociais²¹ em uma parte da cidade

¹⁹ Idem, p. 207.

²⁰ ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Lisboa: Estampa, 1986. p. 20 e 21.

²¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 144. Ver

onde eram comuns construções destinadas, também, à classe operária. Nesse sentido, a casa construída inicialmente para dona Olympia, entre 1914 e 1918, depois Vila Iracema, segue o mesmo estilo luxuoso implantado pela Cia. Pantaleone, conforme veremos mais adiante.

A rua Espírito Santo possuía uma lógica de ocupação diferente das ruas mais centrais como a Halfeld, Marechal Deodoro, Batista de Oliveira e Getúlio Vargas. Na década de 1890 contava com um colégio feminino, um hotel, três secos e molhados e um teatro (Teatro Novelli).²² Posteriormente, em 1916, já possuía uma fábrica de fiação e tecelagem de malha, de propriedade dos Meurer, cinco secos e molhados, um médico, um depósito e uma farmácia.²³ Os dados confirmam, portanto, uma ocupação tardia da área que compreende a Praça Antônio Carlos e a

também GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit., p. 31 a 35.

²² MUSEU MARIANO PROCÓPIO. **Almanaque de Profissões em Juiz de Fora** - 1891.

rua Espírito Santo, em relação às ruas mais centrais. Toda a área da parte baixa surgiu a partir do aterro de *um dos meandros do rio Paraibuna*.²⁴

O núcleo histórico que se estabeleceu nas imediações da rua Espírito Santo representa a grande guinada da cidade em direção à industrialização. Lá se instalaram a Bernardo Mascarenhas (final da década de 80), a sede da Alfândega Seca (1893), a Escola Normal (1930), a sede da Companhia Mineira de Eletricidade e a firma Pantaleone Arcuri (1895);

A conformação espacial da Praça foi definida pelo pátio fronteiro da Alfândega Ferroviária, cuja construção iniciou-se em 1893. Anteriormente, foi com a construção da Estrada União e Indústria (1853-61) que este local

²³ Idem. **Almanaque de Profissões em Juiz de Fora** - 1916.

²⁴ PASSAGLIA, Luiz Alberto Prado. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1982. p. 39.

*transformou-se na “porta de entrada” da cidade, sendo aí construído um dos primeiros edifícios públicos, a Cadeia, bem na esquina da rua Espírito Santo onde hoje está a Escola Normal.*²⁵

A área na qual encontra-se inserida a rua Espírito Santo representava, na verdade, uma importante posição estratégica: situava-se ainda na área urbana de maior concentração comercial, próxima às principais fábricas do município, com um grande movimento de mão-de-obra; localizava-se bem perto do transporte ferroviário; era uma área de baixo custo por encontrar-se numa região sujeita à inundações do Paraibuna; e, estava mais próxima da usina geradora de energia.²⁶ Este núcleo histórico, portanto, é o emblema da primeira fase da industrialização vivenciada

²⁵ Idem. p. 47.

²⁶ Idem. p. 47 e 48.

pela nossa cidade. Analisado em conjunto com os demais centros de poder da cidade: o Largo da Câmara (Parque Halfeld) e o Largo da Estação, o núcleo da Praça Antônio Carlos complementa o tripé da história da cidade:

*Desta forma, o triângulo central formado pelas avenidas Rio Branco, Getúlio Vargas e pela rua Espírito Santo, tem nos seus vértices três das principais praças públicas que, fundindo-se com os eixos constituídos pelas ruas Halfeld e Marechal Deodoro, unem as outras duas praças restantes, o parque Halfeld e a Praça Dr. João Penido, que constituem o conjunto das únicas praças até hoje existentes.*²⁷

O local, ainda em 1895, não havia sofrido o aterro.

²⁷ Idem. p. 39.

²⁸ A rua Espírito Santo, próxima à Praça Antônio Carlos, foi a área escolhida por Pantaleone Arcuri para instalação do conjunto arquitetônico que compreendia sua firma, como já foi exposto acima.²⁹ Além do prédio sede (1923), já tombado pela Comissão Técnico e Cultural Permanente (CPTC), onde hoje funciona a AMAC, outros imóveis faziam parte do patrimônio da Cia Pantaleone Arcuri. Nas imediações, ligada a este complexo, ainda encontra-se o prédio de **número 425/427/431**, datado de 1895. Época em que também foi construída a Vila Spinelli (já demolida), para residência dos sócios Spinelli e Arcuri.

²⁸ A foto do local pode ser vista no volume 11 da Coleção “História e Arquitetura de Juiz de Fora”.

²⁹ Para se ter uma idéia da magnitude do empreendimento da Cia. Pantaleone Arcuri, basta dizer que foi feito, conforme depoimentos, um desvio da rede ferroviária para dentro do almoxarifado instalado na sede da firma. Lá descarregava-se o material necessário para a fabricação de ladrilhos e azulejos diretamente dos vagões dos trens. Este dado foi obtido através de depoimentos dos senhores Manoel Monachesi, cujo avô era maquinista da Central do Brasil entre 1913 a 1927, e Nilton Soranço, marmorista que prestava serviços à Cia. Panatelone Arcuri. Ambos os depoimentos foram concedidos à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 22/06/1998 e 20/06/1998, respectivamente. Observar detalhe do trem entrando no almoxarifado in GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit.

A escolha de Pantaleone pela área se deu, muito provavelmente, porque neste lugar, próximo às margens do rio Paraibuna, ainda não havia se processado o aterro necessário para controlar as enchentes. Exatamente por isso o custo das terras era muito baixo.³⁰ Mas Pantaleone não foi seu primeiro proprietário, essa parte da cidade pertenceu,

³⁰ Vários depoimentos confirmam este dado. O senhor Mário Soranço, que possui comércio na rua da Bahia, disse que quando comprou o lote o preço era baixo (dez mil réis, pago à prestação). O bairro Poço Rico ia a té a rua Pernambuco, onde iniciava a Chácara das Tramóias. Havia apenas alguns barracões esparsos porque frequentemente havia enchente do rio. Dona Maria da Glória relembra como se processou o prolongamento da rua da Bahia: *havia um córrego que foi aterrado ou canalizado que desaguava perto da fábrica de papel, onde hoje é a Esdeva.* O senhor Salvador Tomaz, português de 88 anos, que tinha empresa de transporte, se recorda do local em virtude do depósito de café da família Villela próximo à fábrica de papel. O senhor Nilton Soranço lembra que o local onde mora era um brejo, a rua Pinto de Moura; dando-se uns trocados aos lixeiros que despejavam ali o lixo, depois, Pantaleone complementou o aterro e fez a vila de casas. *A rua Espírito Santo ia até perto da Escola Normal, dali para baixo era tudo aterro feito pelo Pantaleone. Foi ele quem fez o rebaixamento do morro da rua Antônio Dias. As ruas Antônio Dias, Dr. Villaça e rua da Bahia eram capinzal de propriedade do Pantaleone, onde se guardavam as carroças e tinha até vacas.* O morro da Antônio Dias, conforme depoimento de Dona Gioconda Soranço, esposa do senhor Nilton, foi feito com carroceiros de mão. Apenas a área do Campo do Tupi foi feito de forma hidráulica. Este depoimento foi concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 20/06/1998.

inicialmente aos Tostes, assim como todo o centro.³¹ Os terrenos da Companhia incluíam os belos castelinhos da Antônio Dias, um deles, hoje, pertencente aos Bracher, família de artistas muito conhecida na cidade. Havia, inclusive, uma escada nos terrenos da Antônio Dias, numa casa pertencente ao doutor Raphael Arcuri, que descia até a rua Espírito Santo, conforme nos conta o doutor Wilson de Lima Bastos.

Havia uma escada interna, muitíssimo comprida, ligando as propriedades de cima

³¹ Conforme ESTEVES, A. op. cit., p. 161, *Em 19 de agosto de 1860 o dr. José Ribeiro de Miranda cede gratuitamente, 40 palmos de terreno que possui para a abertura da rua Espírito Santo, sendo ao mesmo senhor adquiridos mais 20 palmos, perfazendo assim os 60 palmos que devia ter a mesma rua. Em 9 de outubro de 1862 foi promovida pela Câmara a desapropriação dos terrenos de Antônio Dias Tostes (bisneto), que não desejava ceder terras para a rua, pagando-lhe, em 30 de janeiro de 1863, a quantia de 1:200\$000.* Ver também ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Fundo: Câmara Municipal no Império. Série 29. A comissão encarregada para resolver a compra das terras junto a Antônio Dias Tostes foi formada por Francisco Ribeiro de Assis e Antônio da Silva Oliveira. A declaração de utilidade pública concedida seguiu a lei número 480 de 19 de junho de 1850 e foi assinada por José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província no ano de 1860. Posteriormente, 1895, o Visconde de Monte Mário pedia autorização para arborizar a frente de sua residência, conforme Ata da Câmara, Sessão ordinária de 10/09/1895.

*com as oficinas lá embaixo, na rua Espírito Santo. Eu mesmo, mais de uma vez, fiz a peripécia de descê-la e subí-la juntamente com os amigos, chegando lá em cima quase estropiado. Era, portanto, mais prático e menos cansativo descer a Rua Antônio Dias, pegar a Progresso (Santos Dumont) e galgar a Espírito Santo.*³²

O local, nas imediações do bairro Poço Rico,³³ é uma área de grande valor histórico porque lá ainda se concentra um grande número de famílias italianas: Trevizani, Pavani, Henriques, Ronzani, Pernizza, Lovisi, Mazzocoli, Parisi, Ambionti, Batitucci entre outras.³⁴

³² BASTOS, Wilson de Lima. **Badalo do sino**. p. 191. O depoimento de Dona Vânia Maria Moreira Ranzoni, concedido em 20/06/1998, à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, traz as mesmas recordações sobre a escada que ía da rua Antônio Dias até a Espírito Santo.

³³ O bairro Poço Rico foi assim *denominado por ter o Rio Paraibuna um determinado local altamente piscoso*. PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**. Juiz de Fora: Edição do autor, 1979. p. 335.

³⁴ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 19/06/1998, pelas senhoras Vânia Maria Moreira Ranzoni e de sua mãe a senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni.

Algumas delas vieram para o Brasil para trabalharem com Pantaleone. Enquanto fonte e documento para pesquisas futuras os remanescentes dos empreendimentos da Companhia revelam, juntamente, com as histórias orais do cotidiano dessas pessoas, lacunas importantes de nossa história que estão, ainda, para serem escritas. Histórias de vida que se misturam com as histórias das construções e do próprio bairro. Relatos ricos que possuem referências físicas nos próprios prédios que ainda resistem. Através deles, as memórias de dona Maria da Glória, de 94 anos, e de dona Vânia afloram e trazem de volta as brincadeiras das crianças no morro da Antônio Dias e o vizinho japonês, Nakata, que participava junto com sua esposa, ativamente da festa de São João iniciada pelos italianos.³⁵ Elementos

³⁵ Idem. Esta festa deixou de existir em função do falecimento da senhora Nakata, no dia em que fazia os pastéis para a festa. Ela foi retomada alguns anos depois, com outro sentido, apenas para alegrar as crianças e a fogueira era feita com as caixas de papelão que os familiares de dona Vânia trazia da Casa Santos (na rua Getúlio Vargas, onde hoje é a Michelle Calçados), da qual eram proprietários.

culturais que se misturam e que ainda não foram traduzidos pela história. Apesar dos depoimentos terem sido fornecidos por pessoas que residem na rua Antônio Dias, Pinto de Moura e imediações, todas fazem parte da história da formação da área que se localiza na parte baixa da rua Espírito Santo e imediações (área que fica entre o centro da cidade e o início do bairro Poço Rico). Mesmo sem morarem na rua onde se localizam os imóveis em processo de tombamento, elas trazem nas histórias de suas próprias vidas a história do local onde trabalharam, onde brincaram quando criança e onde ainda residem.

Outra lembrança importante na configuração do ambiente desta área foi a construção da “Avenida das Viúvas”, construída por Dona Mariana Medeiros Evangelista, em memória de seu esposo Coronel João Evangelista da Silva Gomes, em 1927. A avenida era mantida pelo grupo Damas da Caridade que, depois de extinto, passou para a instituição São Vicente de Paula. Dona Maria da Glória trabalhou por muitos anos como voluntária providenciando comida, remédios e roupas para as famílias que moravam na avenida. Outra vila com igual finalidade foi feita na Osório de Almeida pelo Centro Espírita União, Humildade e Caridade (fundado em 1901), conforme depoimento de dona Delourdes Conceição Pratini de Almeida. O Centro que teve início na Batista de Oliveira passou, posteriormente, para a rua Osório de Almeida e hoje encontra-se na rua Dr. Villaça.

Toda esta área, compreendendo o final da rua Espírito Santo e esta parte da rua Osório de Almeida apresentam características que as unificam: surgidas das águas do rio Paraibuna essas terras abrigavam não apenas os prédios da Companhia Panatellone mas também as casas de muitos dos funcionários que lá trabalhavam, como por exemplo, a família Húngaro.³⁶ Conforme depoimento do senhor Nilton Soranço, *foi o Pantaleone quem fez a avenida de casas na rua Espírito Santo.*³⁷ Havia também casas construídas pela Companhia Mineira de Eletricidade, que se estabeleceram na rua Antônio Dias na direção do

³⁶ Idem. O primeiro proprietário da casa onde hoje mora do Maria da Glória era o senhor Joaquim dos Santos Silva e sua esposa dona Doravite Húngaro dos Santos, que a compraram de Pantaleone. Toda a família Húngaro trabalhava na Companhia Pantaleone Arcuri. Outro exemplo foi Tadeu Lovisi Ronzani, carpinteiro, marceneiro e entalhador, que trabalhou como assalariado para Pantaleone. O senhor Tadeu fez trabalhos importantes para a Prefeitura. Fez uma maquete do Colégio Granbery, em madeira, premiada na Exposição de Paris de 1900. Conforme dados extraídos da árvore genealógica da família Ronzani elaborada por Joaquim Ronzani della Garza, em julho de 1986.

³⁷ Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 21/06/1998, pelo senhor Nilton Soranço, 82 anos, marmorista que prestava serviços à Companhia Pantaleone Arcuri.

“Castelinho da CEMIG”.³⁸ Outra faixa de terreno era dos Meurer, que instalou sua fábrica na rua Espírito Santo.

Outro prédio construído pela firma foi a Vila Iracema, **número 651** da rua Espírito Santo. O projeto assinado por Rafael Arcuri deu origem a uma casa luxuosa de propriedade, inicialmente, da senhora Olympia Peixoto. Rafael Arcuri, filho mais velho de Pantaleone Arcuri e Cristina Spinelli, nasceu na Itália, em 1891, lá permanecendo até aos 6 anos, quando veio com a mãe para o Brasil. Aos 15 anos, retornou à Itália para cursar a Escola de Arquitetura de Nápoli. Formado, em 1911, voltou para Juiz de Fora, naturalizou-se brasileiro, iniciando sua atividade na construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli. Após ter feito os projetos de remodelação da Capela Nossa

³⁸ O depoimento do senhor Manoel Monachesi, concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 22/06/1998, confirma tal ocorrência. O avô do senhor Manoel, o senhor Miguel Faccio Marco Perez, trabalhou na Companhia Mineira de Eletricidade (CME) onde o senhor Teodorico Álvares de Assis foi diretor. O senhor Miguel morava numa casa da CME, na rua Antônio Dias. Anteriormente, morou

Senhora dos Passos, do Colégio Santa Catarina e de algumas residências³⁹, em 1914, fez o projeto para a “Villa Olympia”. É visível o peso de sua formação europeia no referido projeto. A construção recuada das laterais e do arruamento do terreno, com partido em L e dois pavimentos, emprega livremente um repertório Art Nouveau. Valoriza-se ao mesmo tempo elementos industriais, como vidro, ferro, azulejo, e ornatos em estuque. Se nos antigos jardins se viam esculturas em mármore, na “Villa Olympia” vê-se rústicas formas de cimento. A residência apresenta um certo ar extravagante, atraindo rapidamente o olhar do transeunte e se destacando do entorno. Em se tratando de arquitetura, é difícil estabelecer, na imbricada relação arquiteto-cliente, quem tem um peso preponderante na escolha do projeto. Mas, no

numa casa construída pelo Meurer.

³⁹ Gazeta Comercial. Juiz de Fora, 31/05/1969. Os dados referentes ao Arquiteto Rafael Arcuri e aos detalhes arquitetônicos da Vila Iracema foram produzidos pela

caso do Art Nouveau, é absolutamente necessário haver uma identidade no “gosto”, por envolver elementos fantasiosos e exóticos, de aceitação não muito comum. Expondo um novo gosto, o Art Nouveau atrai aqueles que buscam a inserção social. É assim definido pelo historiador Giulio Carlos Argan:

Do ponto de vista sociológico, o Art Nouveau é um fenômeno novo, imponente, complexo...Interessa a todos os países europeus e americanos onde se alcançou certo nível de desenvolvimento industrial. Instaura entre eles um regime cultural e de costumes quase uniforme, apesar das ligeiras variações locais, e de caráter explicitamente moderno e cosmopolita. É um fenômeno tipicamente urbano, que nasce nas capitais e se difunde para o interior(...) Pelo modo como se propaga, é uma verdadeira moda, no sentido e com toda a importância (já intuída e explicada por Baudelaire) que a moda assume numa

Consultora Professora Mestre Maraliz de C. Vieira Christo.

*sociedade industrial, inclusive em termos econômicos, como fator de obsolescência e substituição dos produtos. É o gosto da burguesia moderna, sem preconceitos, adepta do progresso industrial (...) Penetra, na verdade, em todas as camadas da sociedade burguesa: a alta burguesia possui os arquétipos, trabalhados por artistas e artesãos qualificados em materiais nobres; a média e pequena burguesia consomem produtos do mesmo tipo, mas banalizados pelos processos repetitivos da produção industrial e pela qualidade inferior dos materiais.*⁴⁰

Na década de 20, o imóvel é vendido ao casal José Rafael de Souza Antunes e dona Iracema Penna de Salles e Souza. Em 1943, ocasião das Bodas de Prata do casal, a “Villa Olympia” passou a “Villa Iracema”, que ainda se lê no frontispício do imóvel. D. Iracema, sempre ligada às

⁴⁰ ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992. p. 199.

artes, reuniu significativa coleção de objetos antigos da região de Juiz de Fora, e, por mais de 30 anos, serviu de Conselheira do Museu Mariano Procópio, a cujas reuniões freqüentava até o seu falecimento, aos 90 anos de idade, em 1989.⁴¹ O senhor José Raphael (1878-1949) nasceu em Curvelo, Minas Gerais. Era um dos sócios do comércio atacadista Souzas, Antunes e Cia, situado na Marechal Deodoro, número 23, já em 1891.⁴²

Pecuarista da Malacacheta, em Belmiro Braga e em Muçungê, distrito da cidade. Conselheiro Municipal em 1931. Aficionado da equitação. É titular de rua. O seu nome primitivo é José Raphael de Souza, passando depois a assinar José Raphael de Souzas Antunes, por conveniências comerciais. Presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora.

⁴¹ INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO (IPLAN) – DIPAC - PROCESSO N.º 005325 (doc. anexo).

⁴² A propaganda do comércio atacadista do senhor José Raphael aparece no **Almanaque de Profissões de 1891**. Oferecendo: *fazendas, ferragens, louças, molhados etc.* p. 109.

*Investidor imobiliário.*⁴³

Além do estilo Art-Nouveau, remanescente raro na cidade, a casa apresenta um luxo incomum para a época: foi a primeira casa construída com piscina. Os elementos arquitetônicos, citados acima, utilizados na construção aliados ao segundo proprietário do imóvel nos permitem reafirmar a hipótese, colocada anteriormente, sobre uma elite emergente que procura estar próximo ao centro de maior movimento. Nesse sentido, a rua Espírito Santo ainda oferece espaço para essa ocupação, diferentemente, da avenida Barão do Rio Branco já ocupada pelos palacetes dos antigos barões do café.

O luxo e a magnitude da casa escolhida pelo senhor

⁴³ PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**. Juiz de Fora: Ed. do autor, 1979. p. 202. Em outra obra do mesmo autor, **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1973, p. 173, a área onde se localiza a propriedade denominada Malacacheta, em Belmiro Braga, constitui-se em reserva de caulim, juntamente, com outras propriedades, exploradas pela Empresa de Caulim LTDA., do Grupo Klabin.

José Rafael nada fica a dever aos palacetes da época do café, contudo, além de se localizar numa nova área de ocupação mais recente os recursos arquitetônicos utilizados deixam claro a visão voltada para a nova sociedade que se impunha. A perspectiva oferecida pela construção favorece a visão da parte baixa da rua Espírito Santo. A leitura simbólica deste aspecto é importante porque ela está relacionada ao momento em que a casa foi construída e o proprietário que a adquiriu: era nitidamente uma elite que queria mostrar a força de seu poder aquisitivo numa sociedade ainda de barões e, além disso, tinha um olhar voltado para o novo momento vivido pela economia da cidade. Daí a escolha em voltar-se para o núcleo da Praça Antônio Carlos.

Posteriormente, depois do falecimento do senhor José Raphael, nas décadas de 50 a 70, foi alugado a uma pensão. De 1976 a 1982 abrigou a construtora Jarbas de

Souza & Cia., de propriedade de um dos herdeiros. De 1982 a 1986 comportou as instalações da Rede Ferroviária enquanto era construída a sua sede. Até 1991 o imóvel esteve alugado para a Spechio Confecções Ltda.⁴⁴

O luxo dos imóveis construído por Arcuri e Spinelli, também mostram a hierarquia dentro da sociedade que se formava, abrindo espaço para os novos empreendedores frente à antiga elite já estabelecida. O local escolhido para enraizamento dos negócios foi mais uma demonstração visível do esforço de uma elite que se constituía a partir do comércio e industrialização que se impunham economicamente. Nas construções que projetavam e executavam estavam o desejo de permanecer na memória da cidade, marcando um tempo de transição e de superação.

⁴⁴ IPPLAN - Processo número 5325.

A parte referente aos aspectos arquitetônicos não foi entregue, pela Equipe de Arquitetura, para edição e publicação.

1. ARQUIVOS

1.1. Arquivo Histórico da UFJF

- **Arquivo Pantaleone Arcuri.** Álbum de fotografias, artigos de jornais, prospectos e requerimentos. Números 14 e 15.

1.2. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora

- **Fundo Câmara no Império** - Série 20

- **Atas da Câmara** - Ano de 1895

2. FONTES ORAIS

- Depoimentos concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 22/06/1998, pelo senhor Manoel Monachesi, engenheiro.

- Depoimentos concedido à Professora Mestre Leda Maria

FONTES

de Oliveira, em 20/06/1998, pelo senhor Nilton Soranço, 82 anos, marmorista que prestava serviços à Cia. Panatellone Arcuri.

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 20/06/1998, pelo senhor Mário Soranço, comerciante que prestava serviços à Cia. Panatellone Arcuri.

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 20/06/1998, pela senhora Gioconda Soranço, esposa do senhor Nilton Soranço.

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 19/06/1998, pelas senhoras Vânia Maria Moreira Ranzoni e de sua mãe a senhora Maria da Glória Moreira Ranzoni.

- Depoimento concedido à Professora Mestre Leda Maria de Oliveira, em 22/06/1998, pela senhora Delourdes Conceição Pratini de Almeida, presidente do Centro União, Humildade e Caridade. Primeiro Centro Espírita de Juiz de Fora, segundo do Estado de Minas.

ANEXO

EDIFICAÇÃO ISOLADA “VILA SPINELLI” RUA ESPÍRITO SANTO, 604/608

Aspectos históricos

Patrícia Falco Genovez ⁴⁵

O referido imóvel, com proposta de tombamento municipal das fachadas e volumetrias, é apresentado na impugnação de seu proprietário como inapropriado para tal procedimento, tendo em vista que,

Nenhum dado histórico ou cultural foi

⁴⁵ Doutoranda no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo de História Regional da UFJF, membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica de História do Brasil (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>), historiadora responsável pela elaboração final do texto histórico para instrução de processos de tombamento, junto à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. A autora contou com a contribuição dos seguintes estagiários do IPPLAN: Geovana Carvalho de Castro, Luiz Fernando Dias Barletta, Estagiária de arquitetura: Mônica C. Henriques Leite e com a assessoria técnica da Professora Mestre Leda Maria de Oliveira.

*objeto de estudo para que se concluísse pelo tombamento do bem. É público e notório que modernamente não se preserva apenas um imóvel isolado pelo simples prazer de tombá-lo. Estudos arquitetônicos, embasados na melhor doutrina sobre a matéria são unânimes em afirmar que a preservação deve ocorrer sobre conjuntos arquitetônicos tais como, nesta cidade, a Praça da Estação.*⁴⁶

Cabe-nos, portanto, um breve aprofundamento não apenas do valor histórico e cultural do imóvel como também esclarecer seu valor enquanto lugar de memória para a cidade.

INTRODUÇÃO

História ciência do Homem, e então os

⁴⁶ INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO (IPPLAN). Tombamento do imóvel à rua Espírito Santo, n. 604/606/608. Processo n. 4514/97. p. 11 L.

*fatos, sim: mas são fatos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas idéias, para os interpretar.*⁴⁷

Nas palavras apaixonadas do historiador Lucien Febvre é possível perceber que a História, que se propõe hoje não possui mais a audácia de se igualar às chamadas ciências exatas. Contudo, é através de métodos rigorosos de pesquisa e de uso de fontes variadas, que a História alcança sua validade enquanto conhecimento da realidade humana. Tendo como objeto central o homem no espaço e no tempo, em suas mais variadas atividades, a História carece de ser avivada através das fontes que estão disponíveis para seu estudo.⁴⁸ Para tanto,

⁴⁷ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 24.

⁴⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. São Paulo:

*é preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês [historiadores] penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido - e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida gelada da Princesa adormecida.*⁴⁹

A proposta da história, hoje, busca uma contínua relação com a memória coletiva. A conversão do olhar histórico para além dos documentos escritos abre espaço para outras fontes alternativas que contribuem para o estudo

Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história. Ensaio de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴⁹FEBVRE, Lucien. op. cit., p. 40.

da realidade humana, a saber: imagens, gestos, rituais, festas, assim como, lugares e construções destinados a guardar a memória coletiva de uma sociedade como os arquivos, as bibliotecas e os museus e, para além desses, lugares monumentais como os cemitérios e as diversas arquiteturas que compõem o ambiente urbano ou rural de uma cidade.⁵⁰ Contudo, não basta à história estudar tais lugares de memória coletiva sem contextualizá-los. É preciso observar não apenas o estilo arquitetônico como também o contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserido.

A HISTÓRIA E SEUS LUGARES

Se pensarmos no tombamento do prédio da rua Espírito Santo isoladamente, naquilo que ele representa

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. “Memória”. **Enciclopédia Einaudi.** Volume I:

hoje, seríamos obrigados a concordar com a impugnação pretendida pelo seu proprietário. Mas, a memória coletiva reside no valor que tal prédio teve no passado. Nele está contida uma parte da história da cidade de Juiz de Fora, e ainda mais, está contida parte da história de uma família, de um momento na história econômica, social, política e cultural do ambiente onde foi construído. Lembrando as palavras de Carlos Nélon dos Santos,

*Como só se vive no presente e ele é cada vez mais absorvente, é difícil entender que o espaço urbano não é só o que está sendo. Cada lugar em uma cidade está carregado do que ali aconteceu antes; é um símbolo do seu próprio passado. Mas é também um molde do que poderá acontecer daí para frente.*⁵¹

Memória-História, Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

⁵¹ SANTOS, Carlos Nélon dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, EDUFF, 1988.

Bastou apenas uma brecha à história oral, para sabermos, que tal imóvel serviu de primeira moradia do Senhor José Spinelli.⁵² O prédio construído em 1895, pelo próprio Spinelli e por seu sócio, Pantaleone Arcuri, traz, para além de seu estilo marcante o referencial de uma história de sucesso no ramo da construção civil. Aliás, o prédio foi a primeira construção executada pelos sócios Spinelli e Arcuri. Logo em seguida, *eles compraram o primeiro terreno na parte direita da Rua Espírito Santo onde puseram o depósito de material, escritório e em seguida começaram a comprar máquinas de carpintaria.*⁵³ A importância do prédio também se encontra nos motivos pelos quais foi construído, em quem o construiu e no lugar escolhido para tal empreendimento.

Sendo assim, é preciso retroceder na história de Juiz de Fora para compreendermos melhor o contexto histórico

⁵² Relato oral do Senhor Tiso Arcuri, filho de Pantaleone Arcuri.

da década de 1890, época da construção do referido imóvel. Tendo sua origem atrelada às margem do Caminho Novo, no período que remonta a expansão da mineração, a Zona da Mata tornou-se uma base importante de apoio àqueles que transitavam da Corte para o interior mineiro, conferindo-lhe um significativo papel na economia mineira.⁵⁴ Com o aumento do fluxo populacional devido à redução da produção mineradora e crescente aumento da produção de mantimentos e de café⁵⁵, a população

⁵³ Idem.

⁵⁴ MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder:** Políticas públicas e questão urbana na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990. p. 85-109. GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder:** uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado, Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1996. p. 100-140. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920).** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1991. p. 44- 92. SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais:** a diversificação produtiva na economia cafeeira - o caso de Juiz de Fora (1870-1900). Monografia de Bacharelado, Juiz de Fora, UFJF, 1996. Segundo capítulo. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais a à São Paulo.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 13-33. GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930).** Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p. 15- 27.

⁵⁵ SOUZA, Sonia Maria de. op. cit., Segundo capítulo.

apresentou um crescimento demográfico, entre 1820-1900, na razão de 1274%.⁵⁶ No início do século XIX, Antônio Dias Tostes, adquiriu seu grande patrimônio da família Vidal, vindo a tornar-se o proprietário da maior parte do território que gerou a cidade. Lentamente, o povoado situado na margem direita do rio Paraibuna transferiu-se para a Várzea próxima à Colina. Na década de 1830, Henrique Halfeld, responsável pela abertura da Estrada do Paraibuna, ligando Juiz de Fora à Vila Rica, casou-se com uma das filhas de Antônio Dias Tostes e gradativamente comprou a propriedade herdada por vários de seus cunhados. O baixo valor das terras fez com que Halfeld doasse terrenos para estabelecimento de eixos básicos na constituição urbana da cidade.

Este foi o caso da maior parte dos terrenos

⁵⁶ MIRANDA, Sonia Regina de. op. cit., p. 86.

*que posteriormente se transformaram nos principais pontos de referência e pontos de cruzamento da cidade como é o caso dos terrenos da atual praça João Penido, terrenos do parque Halfeld, prédio da Câmara Municipal, terrenos da rua Halfeld, terrenos para abertura da rua Marechal Deodoro até o morro do Imperador, terrenos do largo São Sebastião, terrenos para retificação do rio Paraibuna entre as atuais ruas Halfeld, Getúlio Vargas e Espírito Santo, terreno para construção de matadouro na atual rua Halfeld.*⁵⁷

A área acima descrita foi o local de residência da elite agrária, próximo à igreja, à Câmara Municipal e à praça central; distante da cadeia pública, estabelecida fora dos limites do centro básico. Contudo, é com a construção da Rodovia União Indústria que esboçam-se as linhas básicas de expansão do tecido urbano. Uma expansão

⁵⁷ Idem. p. 89 e 90.

comandada pela iniciativa privada e que possui no Código de Posturas apenas uma tentativa, ainda que embrionária, do poder público de regular a ocupação da cidade. Na década de 70, a cidade finalmente consegue estender os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, fator que aliado à acumulação de capitais e aumento significativo do mercado urbano propicia a expansão da indústria.⁵⁸

Foi em meio a esta primeira fase da industrialização que Pantaleone Arcuri chega a Juiz de Fora, ainda menino, em 1876. Depois de uma permanência de dois anos, Pantaleone Arcuri, retorna à Itália. Sua volta ocorre apenas em 1887, momento no qual contrai núpcias com Cristina Spinelli, havendo desse consórcio sete filhos. O casamento favoreceu o início da sociedade com o cunhado José Spinelli.⁵⁹ O final desta década estava marcado por

⁵⁸ Idem. p. 93 a 101.

⁵⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. **Arquivo Pantaleone Arcuri**. Álbum número 15 contendo fotografias, artigos de jornais, prospectos e requerimentos.

grandes empreendimentos na cidade de Juiz de Fora: estabeleceu-se o sistema de transportes urbanos ⁶⁰, organizou-se o sistema financeiro com a criação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais ⁶¹, e, ocorreu a introdução da eletricidade a partir da implantação da primeira usina hidrelétrica da América Latina, empreendimento de Bernardo Mascarenhas ⁶², cuja sede, localizava-se próxima à primeira construção realizada por Arcuri e Spinelli. Desempenhando papel significativo como pólo regional entre 1890-1920, a cidade foi escolhida como melhor ponto para estabelecimento da Alfândega de Minas Gerais, em 1893 ⁶³, também próxima à construção dos senhores Arcuri e Spinelli. Completando este novo espaço urbano voltado

⁶⁰ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**; do Caminho Novo à Proclamação. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985. p. 165 a 175.

⁶¹ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. (Dissertação de Mestrado, UFF), Niterói: 1993.

⁶² LESSA, Jair. op. cit., p. 165 a 175.

para empreendimentos comerciais e industriais ainda podemos citar a fábrica Bernardo Mascarenhas e a Malharia Meurer.

Até o momento, os vários indícios já colocados nos fazem pensar em duas áreas distintas na cidade. De um lado, o centro básico, habitado pelos primeiros proprietários, senhores, por várias décadas, de terras e homens. Do outro, áreas mais afastadas, embora ainda no centro, tendo sua ocupação pela nova face que a cidade adquiria: voltada para a industrialização:

O centro destacava-se tanto no que diz respeito à concentração de serviços coletivos básicos - aqueles ligados ao saneamento ou ao embelezamento - como no que se refere à infra-estrutura de abastecimento, atividades mercantis, industrial e moradia das classes abastadas. No que tange à indústria e comércio havia

⁶³ MIRANDA, Sônia Regina de. op. cit., p. 127.

*dentro dessa área, subdiferenciações que mantém suas marcas até os dias de hoje, visto que a avenida Rio Branco, para manter-se como protótipo em termos arquitetônicos da avenida Central no Rio de Janeiro, caracterizava-se pelo predomínio de palacetes e chalets construídos dentro de um padrão arquitetônico eclético, característico do período da Belle Époque, que misturava os estilos neo-clássico e art-nouveau. em contrapartida, as ruas próximas à rua 15 de novembro (atual Getúlio Vargas) em direção à praça da Estação foram marcadas pelo predomínio de estabelecimentos comerciais e industriais o que de certo modo afastava-se, em alguns momentos, dos modernos padrões de beleza mas que no entanto garantia o dinamismo econômico da área central.*⁶⁴

Nesse sentido, o estilo arquitetônico escolhido para a construção realizada por Arcuri e Spinelli, reflete mais

⁶⁴ Idem. p. 207.

que os conhecimentos adquiridos na Itália. Reflete, do ponto de vista sócio-cultural, um contraponto ao centro básico da cidade, onde localizava-se os sobrados mais imponentes, fiéis representantes de um passado glorioso dos abastados fazendeiros. Por outro lado, ele representa o esforço visível daqueles que pretendiam tornar pública e notória sua ascensão social. A suntuosidade da construção nos revela o significado do uso espacial como símbolo de hierarquização, sempre consoante com a posição social de seu proprietário.⁶⁵ Sob um outro ponto de vista, a construção também reforçava um estilo de vida próprio e acabava servindo para deixar evidente as diferenças sociais⁶⁶ em uma parte da cidade onde eram comuns construções destinadas à classe operária. Apenas para se ter uma idéia da edificação construída por Arcuri e Spinelli, basta

⁶⁵ ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Lisboa: Estampa, 1986. p. 20 e 21.

⁶⁶ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 144. Ver também GENOVEZ, Patrícia Falco. op. cit., p. 31 a 35.

algumas referências colocadas no inventário produzido pelo empresa Século 30:

Edificação em dois pavimentos implantada no alinhamento, apresenta composição de fachada característica da fase mais ornamentada do ecletismo, aqui, com motivos de inspiração barroca. O painel tripartido tem segmentos delimitados por pilastras decoradas vazadas por vãos arqueados ornados por molduras e vedados por esquadrias de madeira e vidro. O pavimento térreo conserva suas feições originais, excetuando-se a vedação parcial de um dos vãos, e é composto como uma arcada sustentada por acanhadas colunas. O nível do piso do pavimento superior assinalado por cornija perfilada. Ao alto, o entablamento possui friso decorado por modilhões e cartelas com motivos florais pendentes nos eixos das pilastras. O corpo intermediário da fachada é marcado por ênfase ornamental, com presença de balcão guarnecido por segmentos de balaustrada e

rendilhado em massa. No coroamento, o frontão encurvado interrompido é arrematado por cartela envolta por conchóides e volutas estilizados. Ladeando o frontão, a platibanda vazada com balaústre em massa e os pináculos dão elegância ao conjunto.⁶⁷

O luxo do imóvel construído por Arcuri e Spinelli, também mostra a hierarquia dentro do próprio grupo de imigrantes italianos, que em sua maior parte, atuaram apenas como mão-de-obra nas indústrias já instaladas. A construção reforça o mito do imigrante que se transforma no grande empresário superando sua origem humilde. O sucesso com o sócio Spinelli foi possível graças à possibilidade de acumulação de capitais com o primeiro sócio, Timponi. A sociedade com o cunhado José Spinelli,

⁶⁷ INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO (IPPLAN). **Inventário do Patrimônio Cultural de Juiz de Fora**. Empresa Século 30. Volume 14. Toda a parte referente às características arquitetônicas da edificação foi elaborada pela estagiária **Mônica C. Henriques Leite**.

possibilitou uma nova injeção de capitais levando, à criação de comércio de materiais de construção, e mais tarde, no ramo da construção civil, cujo marco inicial é o referido imóvel da rua Espírito Santo. Assim, os sócios Arcuri e Spinelli conseguiram passar de produtores à integrantes do quadro restrito da burguesia industrial da cidade.⁶⁸

*Seu estabelecimento constituiu-se dos seguintes ramos: fábrica de ladrilhos hidráulicos; fábrica de esquadrias, móveis e outros artefatos de madeiras; serralheiras; construção civil e loja de varejo para todos os artigos da construção civil.*⁶⁹

A ajuda do sócio Spinelli foi fundamental tendo em vista sua iniciativa de ir até a Alemanha, em 1910, adquirir novas e modernas máquinas inaugurando todo o maquinário em 1912.

⁶⁸ Sobre imigração italiana ver OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 119 a 121.

⁶⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DA UFJF. **Arquivo Pantaleone Arcuri.** loc. cit.

Visto sob esse ângulo, não é difícil compreender o estilo usado na construção e nem mesmo o local escolhido para a mesma: a praça Antônio Carlos. Local que reúne a fábrica Bernardo Mascarenhas, a Alfândega Seca, posteriormente a Escola Normal, a sede da Companhia de Eletricidade e a instalação da firma dos senhores Arcuri e Spinelli. Espaço urbano ocupado com empreendimentos voltados para a industrialização em contraste com o centro básico, ainda povoado, na década de 1890, pelos antigos proprietários, representantes do período escravista. O valor memorialístico do imóvel como bem cultural da cidade é evidente, uma vez que representa não apenas um modelo arquitetônico mas, para além disso, representa o início de uma nova fase não apenas para as famílias Arcuri e Spinelli, como para a construção civil na cidade.

borda do papel: 1,25 cm.
O texto foi digitado em
Word 6.0 para Windows,
com fonte Times New Roman 14,
espaço 1,5 e recuo de parágrafo de 1,27 cm.
As notas de rodapé, com mesma fonte, mas tamanho 12.
E as transcrições de mais de 3 linhas
em itálico e com recuo de 2 cm à
esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos autorais desta obra são propriedade da autora. A obra pode ser obtida gratuitamente através da BIBLIOTECA VIRTUAL DE HISTÓRIA DO BRASIL <<http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e estrutura eletrônica.

A obra
*Núcleo Histórico da rua Espírito Santo /
Nota Prévia de Pesquisa*
da autoria de Patrícia Falco Genovez,
publicada pela **CLIOEDEL** - Clio Edições Eletrônicas -
foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:
tamanho do papel: A4,
orientação: paisagem,
margens superior e inferior:
3,17 cm,
margens esquerda e direita:
2,54 cm
medianiz: 0 cm,
distancias do cabeçalho
e rodapé em relação à